



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 29ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 10 de maio de 2016, com início às quatorze horas e quarenta e sete minutos sob a presidência do vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Amélio Burgarelli, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Professor Paulino, Pedro Martendal, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental dou por aberta à sessão e solicito ao senhor Secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Projeto de lei nº 41/2016. Projeto de lei nº 42/2016. Emenda nº 1 aditiva ao Projeto de lei nº 129/2015. Emenda nº 2 aditiva ao Projeto de lei nº 129/2015. Emenda nº 3 aditiva ao Projeto de lei nº 129/2015. Emenda nº 4 modificativa ao Projeto de lei nº 129/2015. Parecer nº 12 contrário da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo à Emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 129/2015. Parecer nº 77 contrário da Comissão de Justiça e Redação à Emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 129/2015. Parecer nº 78 contrário a Comissão de Justiça e Redação à Emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 129/2016. Parecer nº 14 favorável da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo à Emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 129/2015. Parecer nº 15 favorável da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo à Emenda nº 3 ao Projeto de lei nº 129/2015. Parecer nº 79 favorável da Comissão de Justiça e Redação à Emenda nº 3 ao Projeto de lei nº 129/2015. Parecer nº 80 favorável da Comissão de Justiça e Redação à Emenda nº 4 ao Projeto de lei nº 129/2015. Parecer nº 16 favorável da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo à Emenda nº 4 ao Projeto de lei nº 129/2015. Requerimentos nº 146 ao nº 156/2016. Indicações nº 452 ao nº 475/2016. Ofício SEAJUR/ATL nº 103/2016, em resposta ao requerimento nº 61/2016 do vereador Jaime Vasatta. Inscritos pra falar no grande expediente, os vereadores: João Paulo de Lima, Fernando Winter, Nei H. Haveroth, Luiz Frare e Pedro Martendal. – Presidente: Finda está à leitura da matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA:** - Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. (Não houve). Nós aprovamos o requerimento de autoria desta presidência ainda, no mês de fevereiro deste ano, requerimento esse que requer voto de louvor e congratulações aos servidores da Justiça Eleitoral em Cascavel. Hoje, temos o privilégio de entregar esse voto de louvor e congratulações aos servidores que estão aqui, nesta tarde representando todos os servidores da Justiça Eleitoral, a Rubiane Kreuz, Andréia Simone, José Maria Garcia dos Santos, Lucimar Beber e a Priscila Back, elas que representam nesta tarde a todos os servidores da Justiça Eleitoral. Esse assunto do cadastramento foi assunto muito permanente nesta Casa ao longo do ano passado, devida importância ao município de Cascavel que fosse atingido e garantido os 200 mil eleitores para garantirmos o fortalecimento da democracia no nosso município com o segundo turno. Tenho certeza que não só este



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

presidente, mas todos os senhores vereadores têm a convicção de que isso só foi possível em consequência do esforço concentrado dos servidores que, fizeram regime de trabalho com toda a certeza, com uma carga horária muito acima do normal, pra que naquela data limite nós atingíssemos os 200 mil. Passamos pertinho, mas conseguimos obter êxito naquele momento e, foi uma vitória de toda a cidade Cascavel. Eu acho justo esta Casa, que é o Poder Legislativo, que é a Casa da democracia em nosso município, prestar essa homenagem à Justiça Eleitoral que cumpriu além do seu papel e, realmente fez a diferença nessa conquista. Convido agora, para que recebam essa homenagem, todos os servidores presentes da Justiça Eleitoral. Agora eu quero convidar a nossa amiga Rubiane Kreuz, pra que faça uso da palavra em nome dos servidores da Justiça Eleitoral. (A senhora Rubiane Kreuz agradeceu a homenagem, falou sobre o trabalho realizado, enaltecendo o apoio da Prefeitura Municipal de Cascavel, em especial do prefeito Edgar Bueno, do secretário municipal Alisson, da secretária de governo Micheline e da servidora Iraci. Disse ainda que, ela e os seus colegas se sentiam honrados com a homenagem.) – Presidente: Nós que agradecemos mais uma vez, em nome da nossa população o trabalho de todos vocês, dos juízes eleitorais. Foi uma vitória da união da sociedade de Cascavel e com toda a certeza muito importante para o futuro da nossa cidade. Muito obrigado! Senhores, antes de iniciarmos a ordem do dia, ontem o vereador Romulo Quintino trouxe à discussão nesta Casa a questão importante dos projetos de liberação de 15 milhões de reais que, serão investidos para o asfalto na cidade Cascavel. Um tema que despertou o interesse pela importância de todos os senhores vereadores. Tivemos após a sessão, trabalho com toda a bancada do vereador João Paulo, vereador Robertinho Magalhães, vereador Ganso Sem Limite, do vereador Walmir Severgnini que convidaram pra que estivesse presente nessa sessão e pudesse esclarecer de público esta questão envolvendo o asfalto na cidade Cascavel, o João Sarolli, ele que é o chefe Regional da Paraná Cidade, aqui e de toda nossa região. Responde por toda a região e obviamente por Cascavel; então eu quero de maneira excepcional abrir o espaço agora, ao João para que ele venha fazer uma explanação sobre a situação atual. Depois obviamente, vou abrir aos senhores vereadores pra que de maneira objetiva, sucinta e despolitizada, nós possamos discutir essa questão, que é tão importante para a cidade de Cascavel. Com a palavra o João Sarolli, chefe da Regional Paraná Cidade, em Cascavel. (O senhor João Sarolli falou sobre o trabalho do Paraná Cidade e sua abrangência. Argumentou que tendo um número pequeno de funcionários atendem a demanda, conforme a orientação de Curitiba. Explicou que o recurso de 15 milhões é a fundo perdido pra o município. Segundo ele, a partir do momento em que este recurso foi garantido, receberam a orientação para priorizar os projetos, mas não puderam fazer antes pela grande demanda. Finalizou se disponibilizando para os questionamentos). – Presidente: Obrigado. Deixo aberta a palavra os senhores vereadores. Com a palavra vereador Rômulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Então de acordo com essa última fala, haverá tempo hábil para a análise dos projetos e a efetiva licitação? - João Sarolli: Vereador, nós conseguimos fechar a questão do



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

orçamento e cronograma do projeto, junto com a equipe da Secretaria. Vou adiantar hoje para Curitiba as informações, para formalização do convênio e espero amanhã; dar por encerrada realmente a análise final do projeto. A partir daí, formaliza-se o convênio entre a Secretaria e a Prefeitura, para o quanto antes entregar a questão de edital pra prefeitura. - Vereador Romulo Quintino: Sendo assim, não existe risco efetivo por parte de vocês, do Paraná Cidade, de não acontecer agora à publicação desse edital? - João Sarolli: O recurso não vai deixar de acontecer pra o município. Infelizmente, nós estamos aqui num período crítico, por causa do período eleitoral que começa dia 6 de julho. O objetivo da sua pergunta, nós temos a formalização do convênio e, eu quero lembrar que a formulação do convênio pode se dar de forma imediata, mas a Prefeitura precisa estar com as certidões em dia. Tem várias questões que vão bater aí: a questão das certidões pra finalização do convênio, a rapidez por parte de Curitiba, por parte dessa busca e desta corrida que o vice-prefeito Maurício faz pra receber o edital desta licitação, soltar esse edital e torcer para que não ocorra nenhum recurso e alguma coisa nesse sentido. - Vereador Romulo Quintino: A nossa preocupação, é claro, que é devido a essa questão do prazo eleitoral. E nós, como vereadores, estamos ouvindo diariamente, e esse é o nosso papel. Não pode ser diferente, nos bairros, a necessidade que as pessoas têm de realmente ver esse asfalto tão importante, passar na frente da sua casa. Nós sabemos, é claro, da demanda da extensão do território dos municípios que são atendidos, mas o senhor recebeu no dia 1º de fevereiro. Ontem, eu falei nesta tribuna e afirmo: tomara que de fato essa formalização aconteça e não fique emperrada a realização efetiva desse asfaltamento, por culpa justamente, por falha ou por limitação do nosso escritório do Paraná Cidade. Essa é a nossa preocupação e, sem dúvida nenhuma, a maior. E o senhor disse que: houve uma ordem de Curitiba para não analisar este projeto, aí a gente ficou ainda mais preocupado; se houve a ordem em Curitiba, de onde partiu? De quem foi? Agora, eu disse ontem: tomara que vocês realmente consigam neste prazo do dia 4, até agora realizar o exame desses projetos e o que não foi feito desde o dia 1º de fevereiro, dadas as situações que o senhor colocou. Então, havendo essa garantia, acredito que todo mundo vai ficar satisfeito, vai ficar realizado; mas não foi essa a notícia que foi amplamente divulgada na imprensa, inclusive com uma declaração do senhor. Nós, como vereadores, logicamente não poderíamos deixar de indagar essa situação e, sobretudo, ser porta-voz da população. Então o senhor está afirmando que da parte do Paraná Cidade está resolvido o problema e agora é questão de: Prefeitura e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano em Curitiba? - João Sarolli: Curitiba nos passa a prioridade por liberação de recursos, por recursos de trabalho que temos e estamos atendendo a fundo perdido, mas 80% do nosso trabalho são pedidos de financiamento. Então eu não disse que: Curitiba não poderia e que nós não faríamos. Essa questão realmente entrou na ordem de liberação de recursos, essa liberação de recursos, nós vamos passar pra Curitiba pra adiantar a familiarização do convênio. Recebendo essas outras informações da Prefeitura pra dar por encerrado, acredito que amanhã o projeto estaria 100% analisado. Pelas faltas da DRT com isso



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

sim, teremos finalizado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Que tipo de análise vocês fazem? - João Sarolli: Se os projetos apresentados estão de acordo com a lei do Plano Diretor do próprio município, coisas que, muitas vezes não acontece. Verificamos a questão orçamentária: valor unitário do projeto, dos itens, seja do paver da calçada, do concreto, brita, da remoção de revestimento primário; verificamos esses valores junto da tabela do Estado pra nós não estarmos licitando algo fora. O quantitativo do projeto apresentado e, se está de acordo com o orçamento apresentado, questão estrutural, resistência. A Prefeitura precisa apresentar o laudo de sondagem do local, pra ver se a dimensão da base é suficiente; quem assina isso é o engenheiro responsável pelo projeto, mas é uma verificação que nós fazemos. – Vereador Jorge Bocasanta: O que me preocupa é o asfalto. Como vocês vão conseguir fiscalizar tantas quadras em tantos diferentes locais da cidade? A rua que eu moro tem base boa; porque muitas ruas têm água e precisa por encanamento, um monte de coisa, e vocês não estão fazendo a coisa direito... se fizerem em 5, 6 dias; porque não dá nem tempo de ir. Então isso que me pergunto: se eu fosse engenheiro, deixava a politicagem de lado e ia atrás da área técnica, porque é isso que precisamos. - João Sarolli: A gente não fez projeto para ontem. Passou uma semana, mas passou uma semana a gente buscando e correndo atrás. A fiscalização, nós não vamos fazer a fiscalização da obra; fiscalização entende-se pelo engenheiro que vai assinar uma ART e vai fiscalizar e garantir que a empresa está executando, conforme o projeto. Isto é feito pelo engenheiro indicado pela Prefeitura; nós fazemos o acompanhamento, mas não acabamos assinando ART de fiscalização. – Vereador Jorge Bocasanta: A empresa já sabe aquela que vai ganhar a concorrência; já tem a empresa que vai ganhar a concorrência? - João Sarolli: Vai participar do processo licitatório. – Vereador Jorge Bocasanta: Eu imagino a estrutura que precisa, você vai contratar uma empresa para fazer um asfalto, têm diversos tipos de bases, diversos tipos de drenagem, diversos tipos de projeto e esses projetos a Prefeitura já fez ou vocês fazem; ou a Prefeitura e vocês analisam? - João Sarolli: A Prefeitura faz e nós analisamos. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Você ouviu minha fala ontem e pelo que nos foi abordado ontem, o entendimento ficou que toda a elaboração do projeto teria que ser feita, a partir da liberação do recurso ou a partir do aval da conquista do financiamento. O que você está colocando pra nós é que: vocês fazem uma análise dos projetos apresentados pelo Executivo, para verificação e fazer a tramitação da parte do Estado para o financiamento. Vocês não estão elaborando o projeto inicial de tudo isso, não; vocês fazem essa análise, essa comparação pra que haja andamento na tramitação que passa pelo Estado; então nesse sentido, eu acredito que vocês têm condições de fazer essa análise e aquilo que eu falei ontem, que eu espero que; quando chegou o orçamento pronto que nós possamos buscar esse recurso e, que todos os projetos iniciais já estejam elaborados. E, então a parte que o Estado está fazendo aqui, ela é uma compilação e fazer com que a tramitação siga esses projetos, não é a elaboração Inicial, estrutural de todos os



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

projetos e que ontem também, não ficou clara a situação. Então como é análise, então eu acredito e espero também, que não seja prejudicado o município de Cascavel e a população em questão. E que o município consiga fazer essa busca do financiamento pra o asfalto do município; então isso é possível e pelo que você falou, já é possível garantir isso: que o município não tenha prejuízo com isso. É possível? - João Sarolli: Exatamente. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Quantos municípios o senhor cuida? - João Sarolli: 92. – Vereador Celso Dal Molin: Complicado. Se o senhor precisa do auxílio de um engenheiro da Prefeitura, o senhor pode solicitar? - João Sarolli: Não! Ele não pode fazer o nosso trabalho. – Vereador Celso Dal Molin: O senhor tem que resolver o problema de 92 municípios com dois engenheiros, quando é necessário? - João Sarolli: Perfeito! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Quando precisarem pra fazer algum projeto, dar algum apoio a Secretaria, a Prefeitura local dá esse apoio aos projetos? - João Sarolli: Exato. Nós não fazemos o projeto, nós recebemos o projeto sempre e fazemos a análise dele, naquilo que eu comentei. – Vereador Cláudio Gaitero: Os 2 engenheiros que vocês têm é pra fazer a revisão, análise técnica? - João Sarolli: Análise e daí depois, o acompanhamento das obras. Não é só análise do projeto, nós temos todo acompanhamento de mais de 40 contratos em execução. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Passados todos os trâmites legais e burocráticos esse dinheiro a fundo perdido chegará em Cascavel e ele chegará a tempo, de ser executado esse ano ainda, pela Prefeitura? - João Sarolli: Antes do período eleitoral? - Vereador Paulo Porto: Isso. - João Sarolli: Não depende só da análise do projeto isso aí. - Vereador Paulo Porto: Então não existe uma certeza de que obra será realizada este ano; é isso? - João Sarolli: Este ano eu diria que sim, porque não impede do processo licitatório ocorrer durante o período eleitoral. - Vereador Paulo Porto: Okay! Então, a chance dessa obra não ser realizada esse ano é nenhuma? - João Sarolli: Eu diria que é praticamente nenhuma. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Vanderlei Augusto da Silva. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: O valor que o Estado vai repassar para o município é de 12 ou de 15 milhões? - João Sarolli: 15 milhões. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Pra que vocês do Paraná Cidade façam a correção dos projetos, mande a Curitiba e volte pra fazer a licitação e esteja licitada a empresa vencedora e, possa acontecer essa obra; qual que é o prazo? - João Sarolli: Isso não depende só da análise do projeto. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Mas o prazo de Curitiba, eles têm um prazo ou não tem prazo, pra devolver? Ele, não tem um prazo? Depois que vocês fazem análise, aqui; vai a Curitiba pra o Paraná Cidade e, não tem um prazo pra retornar pra nossa Prefeitura e para Secretaria de Obras? - João Sarolli: Primeira coisa, vai ser a formalização do convênio. Se a Prefeitura tiver com as certidões em dia eu acho que a formação do convênio vai ter prazo de 2, 3 dias, a partir do envio lá. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: A prefeitura estando com os documentos em dia, certidão, formaliza o convênio; e qual é o próximo passo? - João Sarolli: Fazer o edital



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

e depois o processo licitatório. O edital é feito por Curitiba, isso aí é questão de um dia; em 1 ou 2 dias formaliza-se o edital lá. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: E depois de aberto o edital de licitação, qual é o prazo para licitação? - João Sarolli: Depois de receber o edital e aberta à licitação, o prazo vai depender do valor da licitação. Nós temos: tomada de preço ou concorrência nacional. Se for concorrência nacional são 45 dias. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Então se correr tudo bem, isso tem como fazer antes de 6 de julho? Teoricamente sim. Agora, dependerá dos andamentos do Estado como da nossa Prefeitura Municipal e aguardamos que seja o mais breve, porque os bairros de nossa cidade estejam garantidos ainda esse ano. Obrigado. – Presidente: Agradeço a sua presença. Quero que você entenda a angústia desta Casa, porque todos os senhores vereadores andam pelos bairros de Cascavel e, recebem pedidos. Ontem, secretário Maurício agradei de pronto a vossa excelência por ter incluído no projeto a rua Nelson do Cavaquinho, avenida das Américas, tudo pedidos da comunidade que, nós incluímos e sofremos essa demanda da população; então daí a angústia dos senhores vereadores, mas é única e exclusivamente visando que essas obras importantes aconteçam no município de Cascavel o mais breve possível; então agradeço a compreensão. - João Sarolli: Obrigado pela oportunidade. **ORDEM DO DIA:** - Presidente: Passamos então para a ordem do dia. Nós temos as atas da 26ª e 27ª sessões ordinárias que foram realizadas nos dias 2 e 3 de maio de 2016. Coloco em discussão as atas. Os vereadores favoráveis permanentes como estão e os contrários que se manifestem; atas aprovadas pela totalidade dos senhores vereadores. Vamos então, para discussão do Projeto de lei nº 129 que dispõe sobre a prorrogação do prazo estabelecido no artigo 138 da Lei 6.179/2013 alterado pela Lei 6.437 de 23/12/2014 e dá outras providências. O referido Projeto recebeu algumas Emendas, senhores vereadores. Temos aqui a Emenda nº 02 pra ser deliberada. A Emenda nº 02 que é de autoria dos vereadores Rui Capelão, Paulo Porto, Professor Paulino, Jorge Bocasanta, Celso Dal Molin, Vanderlei Augusto da Silva, Fernando Winter, Walmir Severgnini e Ganso Sem Limite. Esta Emenda acrescenta o parágrafo único ao artigo 1º do Projeto de lei nº 129, deixando o parágrafo da seguinte maneira: *ficam excluídos do prazo contido no caput do artigo primeiro os loteamentos pendentes de aprovação, em virtude da lei municipal 6.179/2013.* Coloco em discussão a Emenda. A presente Emenda recebeu um parecer contrário da CCJ, então é necessário nós discutirmos primeiro o parecer contrário da CCJ. Em discussão o parecer. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Nós tentamos buscar uma solução para essas questões que nos reaparecem: de regularização de projetos, de obras. Fazendo uma revisão desses fatos que vêm acontecendo desde 2013, janeiro de 2013, quando aqui chegamos, já foi dado seis meses para regularização desses projetos, seja regularização por parte da empresa que apresentou o projeto, como por parte da nossa Secretaria de Planejamento e outros órgãos que estejam envolvidos; foi dado seis meses, mas passados dois anos, saiu uma nova Lei 6.437 prorrogando por mais 6 meses, então aí já está dando 2 anos e meio. Já estamos em 10/05/2016, já dá mais



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

um ano e meio neste caminho aí, então nós já estamos aí com 4 anos propriamente, prorrogando, postergando, para que alguém que está tendo problema operacional aí que não está regularizando as suas obras, possa regularizar. Então, eu entendo que isso aí, é uma afronta a esta Casa. É uma afronta aos senhores vereadores e até mesmo a própria Secretaria de Planejamento, pois muitos projetos não dependem, muitas vezes, dela. Depende de outros órgãos, mas há uma necessidade realmente de que haja regras nesse caminho; por isso que nós fazemos a Emenda. Por isso que os vereadores assinam as Emendas, pedindo que haja uma celeridade, que haja uma mudança dessas questões; porque passar um mandato todo de 4 anos, sem resolver uma questão de regularização de projetos, eu acho que é uma questão lamentável. Então, quando nós fazemos as Emendas é pra forçar uma solução e, é isso que nós estamos buscando: uma solução. Olhando as leis que nós aprovamos, a primeira lá em 18/01/2013, somente dali 2 anos que foi feita a segunda lei: pedindo nova prorrogação, então nesses seis meses os projetos não ficaram parados um ano e meio, eles deram continuidade e então tiveram 2 anos pra regularização; porque dois anos depois saiu mais um pedido de prorrogação de seis meses e já faz um ano e meio. Agora, 10/05/2016 nós estamos aí já votando outro Projeto, pra mais um ano e pra completar os 4 anos dessa administração e de nossa gestão: sempre empurrando com a barriga os projetos irregulares nesta Casa. Por isso que, nós fazemos as Emendas e pedimos para que sejam bloqueados aqueles que se desinteressaram pelos projetos, que não deram andamento, que acabem desistindo do projeto. Eu tenho impressão que cada projeto que chega lá recebe um protocolo e se as alterações, estiverem em razão de quem fez o projeto; aí é outra questão: volta o projeto até que ele entre novamente com um novo registro na Casa. Na realidade, eu acho que as Emendas que nós procuramos apresentar são extremamente justas e importantes para a celeridade da Administração Pública que, é isso que nós queremos e cobramos durante todo o mandato: celeridade. Que as pessoas não fiquem a ver navios, para uma coisa que você está com o dinheiro hoje, aguardando a execução de uma obra e isso não venha a acontecer. Então, eu gostaria de pedir voto contrário ao parecer, com todo o respeito aos senhores vereadores da Comissão e dizer que, eu acho que nós temos que tomar as nossas medidas sempre interessantes e mostrar que esta Casa tem responsabilidade e que faz o seu trabalho principal que é: cobrar do serviço público, fiscalizar os serviços públicos e isso que nós estamos fazendo. À medida que nós deixamos tudo correr e aí ficar fazendo Emenda, Emenda e prorrogando o prazo, postergando aí nós não estamos completando nosso trabalho. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Nós estamos aqui, diante de um parecer de uma Comissão muito importante nesta Casa, que é a Comissão de Constituição e Justiça. Então não me recordo de ter votado aqui contra um parecer, principalmente da CCJ. Nós temos que ter a serenidade de dizer que: as Comissões aqui nesta Casa realmente trabalham, são muito bem assessorados e precisamos então, manter também a nossa serenidade na hora do voto. Pra isso então, eu peço um voto favorável a este parecer, respeitando então a qualidade, enfim dessa



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Comissão, que é a CCJ aqui da Câmara de Cascavel. Peço voto favorável. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. - Vereador Nei H. Haveroth: Falar sobre o parecer contrário, que faço parte da CCJ e como também, tive uma Emenda que foi voto vencido e que era da minha autoria; que teve parecer contrário dentro da minha própria Comissão mostra o caráter e a seriedade e que, tratamos as questões tecnicamente, dentro da Comissão de Justiça e Redação. Essa Emenda nº 2 ela trouxe uma palavra: em virtude de Lei 6.179, quando essa palavra adequadamente ela poderia ser, anterior à Lei 6.179 tendo em vista que ela dá um sentido de que os projetos protocolados posteriores também à lei; ficam questionados de serem aprovados. Por isso e também pela questão do mérito, no sentido de não tratar da questão do prazo da Emenda, que colocamos o nosso parecer contrário a essa Emenda. Posteriormente, usarei da palavra na tribuna pra falar da minha Emenda que foi rejeitada, tanto por esta Comissão quanto também pela Comissão de Obras Públicas. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador João Paulo de Lima. Vereador João Paulo de Lima: Eu não entendi a sua colocação, vereador. O senhor como membro da CCJ não me convenceu, inclusive nos argumentos desta fundamentação. Esta Emenda nº 2, eu quero parabenizar os vereadores proponentes; porque temos que travar algumas situações que estão acontecendo, até porque ontem nós falávamos aqui sobre essa situação de liberar novamente e dar o andamento; mas com várias situações pendentes, inclusive desse parágrafo único que nós estamos discutindo aqui, que é essa emenda. Estou aberto a dar aparte aos senhores da Comissão, para que me expliquem melhor: se eu estiver convencido com as suas falas, com certeza posso até inclusive mudar meu voto, mas por essa fundamentação eu fiquei meio confuso. Se alguém da Comissão puder me explicar melhor... vai explicar na próxima? Então tá. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: O que aconteceu no Congresso, ontem? O Valdir Maranhão quis anular uma decisão já feita e esta lei está mais ou menos igual, àquela anulação. Esta lei fala o seguinte: 6 meses depois e até 6 meses depois: no artigo 33, *para os projetos de iniciação já protocolados junto a Administração Municipal os parâmetros de uso e ocupação do solo terão 6 meses de prazo*. Passou os 6 meses de prazo, já não tem mais essa lei, acabou! Se o prefeito tivesse feito esta lei funcionar por mais tempo, ele devia ter entrado por mais 6 meses, coisa que ele não entrou e a Comissão de Justiça tinha que olhar, isso aqui. Deu 6 meses e ninguém pediu a prorrogação, o defunto morreu. Se eu tenho uma condenação de seis meses, tirei os seis meses e nada vem me condenar dentro daquele período: eu estou livre. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Fico imaginando o que passa pela cabeça dos técnicos que, estão aqui escutando a nossa conversa. Evidentemente que enquanto nós não aprovarmos esta lei, tudo está parado na Prefeitura. O defunto, nós temos que dar uma saída pra ele e precisamos aprovar o quanto antes, pra nós não pararmos a cidade. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Não podemos ressuscitar o morto; só Jesus Cristo ressuscitou. Estamos discutindo um negócio que, a CCJ devia ter percebido: acabou o prazo e em seis



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

meses, se eles não entraram com o novo pedido de prorrogação: morreu, acabou! O que vale é a outra lei que nós aprovamos; então a CCJ deveria ter visto isso. A lei vale até 6 meses, passou, morreu, acabou, mas por tudo isso posso pedir vistas disso aqui e, estudar aquilo que estão falando; mas acho que pra mim isso aqui, não tem mais sentido. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Só pra esclarecer a fala do vereador Rui Capelão e a sua, na mesma questão. Quando a lei foi prorrogada por 6 meses: todos os projetos de edificação no loteamento, já deveriam estar apresentados e protocolados na Secretaria, mas já estavam; é isso! Passou os 06 meses e a Secretaria não pôde mais aprovar: ela está parada desde aquela época, ela não conseguiu fazer a tramitação de todos os projetos; mas as pessoas protocolaram anterior a esses 6 meses e já tinham protocolado antes da lei vigente, que é a 6.179. Quando foi concedido o prazo: foi só pra tramitação e aprovação daqueles projetos que já estavam protocolados e não houve tempo; por isso a necessidade da prorrogação. Desde que aqueles 6 meses terminaram e, até hoje nenhum projeto saiu mais da Secretaria Planejamento aprovado; porque não tem legislação pra que a Secretaria... Este intervalo que temos aqui, não estão sendo aprovados projetos e, essa que é a diferença. Então eu acho que tirar todos os loteamentos e não garantir aquilo que a lei 6.178 já garante, e nós tínhamos a Emenda neste sentido: não vai mudar nada, então fica tudo como estava. É isto que vai acontecer, vai ficar tudo travado da mesma forma. – Vereador Jorge Bocasanta: 6 meses terminou: a lei não existe mais. Que eles daqui em diante, do loteamento vão na nova lei: terminou, acabou! Esta lei acabou não tem mais como ressuscitar. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Com todo o respeito à Comissão de Justiça e Redação, vereador Nei H. Haveroth, mas essa justificativa aqui está muito fraca. Então: nós estamos retirando, senhores vereadores, as loteadoras e não... tem mais de 800 processos, aqui. Conversando com o engenheiro Adir, sobre o cidadão aqui que quer regularizar a sua situação: não vai ter problema o requerimento, vereador Rômulo, que você pediu e, está na minha mesa desde aquela data. Vários pedidos aqui de regularização de vários cidadãos aqui, que precisam regularizar. Agora as loteadoras, vocês vão me desculpar: faz 3 anos, quase pra 4 anos se eles tivesse boa vontade de regularizar, já tinham regularizado e então, vamos prorrogar mais o quê? Acredito que esta Emenda que nós fizemos, assinada aqui por 9 vereadores, eu creio que eles vão votar: não vão cair fora na última hora; é uma emenda justa, estão retirando aqui só as loteadoras e não o cidadão que, quer regularizar sua situação. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: O senhor não precisa concordar com o parecer. O parecer é técnico, por causa de uma palavra foi dado parecer contrário. Você tem toda a liberdade e respeito á opinião. Você não precisa concordar: se achar que é fraco ou forte o parecer; isto não vai ter peso nenhum, o senhor tem é que concordar ou não com o parecer. Nós não colocamos o parecer contrário... porque a minha Emenda também, teve parecer contrário. Eu fui voto vencido na minha Comissão, como já falei antes e, não é questão de parecer fraco ou forte: é parecer técnico, que não pode ser admitido pela Comissão de Justiça; a questão redacional



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que lhe dá um sentido diferente no artigo da Lei. É nesse sentido que nós não podemos acatar uma Emenda que, vai deixar o artigo da Lei com dupla interpretação. Se isso for motivo fraco ou não for entendido pelos senhores vereadores, vote contra o parecer ou a favor do parecer. Eu acho que eu fui claro na forma que nós colocamos o parecer e não foi só eu: teve mais vereadores que votaram e eu acho que ele está bem certo, tecnicamente daquilo que nós entendemos. Obrigado. – Vereador Fernando Winter: Acredito que uma palavra não iria mudar o teor da emenda. E quero ser justo com o vereador Vanderlei Augusto da Silva que foi voto vencido. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: Em agosto do ano passado, já solicitaram medidas nesse sentido e a matéria agora, que está chegando em votação. Então já começa aí as coisas a não ter muito sentido. Dizer que está tudo parado, como o vereador Cláudio Gaitero falou: isso aí não pode, é impossível; porque o pessoal da Secretaria de Planejamento está trabalhando, então não está tudo parado. Agora, a primeira lei que era seis meses: ficou 2 anos sem pedir renovação e, será que ficaram 1 ano e meio parados? Não! Continuaram trabalhando e tentando resolver todas as situações; simplesmente por conta deles, eles prorrogaram por mais dois anos aqui. Vereador Nei H. Haveroth, me desculpe minha sinceridade, mas a questão do senhor ter protocolado e ter dado parecer contrário da sua Emenda foi simplesmente: uma manobra política, porque não tem outro sentido pra o senhor fazer isso. E acho que não podemos trabalhar em cima de manobra política, temos que trabalhar com seriedade. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Walmir Severgnini. - Vereador Walmir Severgnini: Se eu tinha uma dúvida, agora tenho vinte. Se é uma lei que já prescreveu, caducou, como diz: não podemos prorrogar. É igual quando a gente compra um remédio na farmácia e ele venceu, temos que jogar fora e comprar outro novo e assim está este projeto. Tem que protocolar outro e começar nova fase, porque este já venceu. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Fernando Winter: Gostaria de pedir voto contrário ao parecer. Obrigado. (-Um aparte) - Vereador Walmir Severgnini: Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Eu não votei contra minha própria Emenda, vereador. O senhor talvez, precisa pegar claro o que acontece: o vereador Vanderlei votou a favor da Emenda dele e foi voto vencido, pelo meu voto e do vereador Frare. A minha Emenda eu votei a favor dela, só que eu fui voto vencido; então não usei de manobra política. O senhor não acuse se não tem prova, não estou usando manobra política, aqui. Não faço este tipo de jogo, não tenho um posicionamento numa sessão uma coisa e, na outra tenho outra. Eu não tenho esse tipo de parâmetro, não! Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Nós estamos discutindo aqui e, o parecer da CCJ foi contrário; porque a mensagem de lei que veio do Executivo diz o seguinte: nós precisamos prorrogar por um ano a lei tal, concordam ou não? Agora Nós entramos no assunto de loteamentos, de loteadoras, estamos discutindo se é possível prorrogar a lei por mais um ano ou não e votar loteamento, votar loteadoras não vem ao caso aqui, especificamente. Vereador Rui Capelão, o mesmo prazo Fernando Winter, o mesmo prazo que as loteadoras têm, essas pessoas que te procuraram também, tiveram; portanto, se tem processo parado



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

durante 3 anos, tem de: loteadoras, de loteamentos e tem de construção também, porque a lei que foi aprovada em 2013, ela dava um prazo de seis meses para os donos de loteamento, donos de imóvel, construção, etc. apresentarem os projetos complementares para a Seplan e a Seplan aprovaria o projeto e daria o alvará. Prolongou-se 6 meses, mas não foi suficiente, porque inclusive a Copel atrasou alguns projetos que estão parados lá. O IAP, nem se fala, então, nós estamos aqui aprovando ou não, a prorrogação de prazo para as pessoas conseguirem aprovar os seus projetos dentro daquele protocolo feito anteriormente à lei de 2013. O parecer da CCJ, embora técnico, a prática diz o seguinte: não cabe a Emenda porque nós estamos aprovando, ou estende o prazo para 1 ano ou não aprova. É este o assunto, nós não podemos mexer na essência do Projeto da lei que estava em vigor lá e, foi pedido prorrogação de prazo. Portanto até outubro, setembro do ano passado, antes desta lei vir pra cá, estava se praticando aquilo: os parâmetros da lei anterior a 2013. Houve uma paralisação, porque expirou o prazo e: mandaram de outubro pra cá, novembro e agora nós estamos aprovando a possibilidade ou não, de prorrogar por mais um ano. Tem uma Emenda de 6 meses que, vai ser analisada daqui a pouco. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: Foi a Comissão então, que atrasou pra colocar na pauta? – Vereador Luiz Frare: A Comissão de Constituição e Justiça deu parecer em tempo hábil, eu não estava nela naquela época. O parecer da Comissão de Economia e Finanças se é que passou por nós, também foi dado em tempo hábil. Isso aí, não foi uma das Comissões que atrasou o prazo. O que eu vou enfatizar e repetir: nós estamos analisando, no caso da CCJ agora, é a legalidade de se mexer numa lei que está em vigor. O que nós estamos aprovando ou não: é a possibilidade de dar mais um prazo a todas aquelas pessoas, empresários de loteamentos ou não, empresários de construção civil ou não, que têm protocolado antes de 2013 e se dá mais um prazo pra que eles consigam terminar os projetos e conseguirem o alvará de construção. É isso que nós demos no parecer aqui, embora técnico, mas na prática é isso que ele quer dizer. Obrigado. – Presidente: Em votação, o parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 129. Proceda a votação nominal, senhor primeiro secretário. (Foram contrários os vereadores: Celso Dal Molin, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limite, João Paulo de Lima, Professor Paulino, Romulo Quintino, Rui Capelão, Walmir Severgnini, Paulo Porto, Vanderlei Augusto da Silva e Jorge Bocasanta) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Jorge Menegatti, Luiz Amélio Burgarelli, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Pedro Martendal e Robertinho Magalhães) – Secretário: 8 votos favoráveis e 12 contrários. – Presidente: Com 8 votos favoráveis e 12 contrários fica prejudicado o parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça. Passamos pra discussão da Emenda nº 02 ao Projeto de lei 129/2016. Em discussão a Emenda. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Walmir Severgnini. - Vereador Walmir Severgnini: Quero te pedir voto favorável à Emenda, porque nós trabalhamos lá atrás, há três anos, quando votamos o Projeto de uso do solo onde ficou definido as caixas de rua e o tamanho dos loteamentos e eu vejo que, os loteadores não vêm cumprindo e não estão



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

obedecendo as normas da lei do uso do solo. Então, por isso vou votar favorável a esta Emenda, onde retira aí que eles protocolam de novo e corrijam. No meu bairro tem um loteamento que dizem que vão fazer rua de 12, caixa de 12; rua de 6,80, ponha 2 centímetros de pedra e 2 de massa asfáltica e diz que, é um loteamento. Então para que esses loteamentos não se criem na cidade de Cascavel, pra que eles protocolam novo pedido na Secretaria e refaçam todas as ruas, de acordo com a lei do uso do solo e divida o lote: a lei do uso do solo em 600 metros quadrados e, estão querendo fazer de 300. A pessoa compra e na hora de construir só pode usar 50% do terreno, ele não pode fazer nada, então por esse motivo eu gostaria de pedir o voto favorável a essa Emenda. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Nós, não estamos tentando atrapalhar o andamento de qualquer obra. Nós estamos tentando ajudar o máximo possível até a Secretaria de Planejamento, isso aqui e os outros órgãos do município. À medida que nós insistirmos numa celeridade, as próprias pessoas que apresentam os projetos terão que ter mais responsabilidade com o projeto deles. A Copel me disse que é de 30 dias até 60 dias pra eles resolverem o projeto. Outros órgãos que nós tivemos também, informação, estão nesta média de 60 dias os projetos. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jorge Bocasanta: Esta Emenda traz os projetos que Cascavel merece. Chega de rua de 7 metros, lote de 200 metros, a farra do setor imobiliário. Por isso também, vou votar a favor. - Vereador Rui Capelão: Obrigado. Portanto, nós estamos trabalhando com responsabilidade para que os outros também, tenham responsabilidade. Esse é o nosso interesse. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: É uma Emenda que vem a calhar num debate fundamental para Cascavel. Eu entendo, como disse ontem que, já passa da hora desta Casa de Legisladores discutir como legislar e intervir de maneira qualificada e eficaz nesse problema que não se resolve em Cascavel, que é dos loteamentos. Hoje, existem segundo a Seplan 18 loteamentos irregulares, ou embargados ou autuados; isto que passaram pela fiscalização, com problemas que vão desde a caixa da rua, que não se cumpre a Lei, que é crime e desde a questão da massa asfáltica. Então eu acho que já passou da hora desta Casa se manifestar, além do discurso, além do debate e além da retórica. É fundamental se pensar formas mais qualificadas de se elaborar uma maneira, um grupo de trabalho, no sentido de avançar nesse debate pra que nós não fiquemos apenas se lamentando; como a gente tem feito aqui e tentando remendar e emendar leis. É necessário se pensar uma nova forma de se atuar e fiscalizar os loteamentos. Eu creio que já passou da hora, nós ainda temos um ano de mandato, eu creio que ainda é tempo e, essa lei enquanto isso ainda não é feito, eu creio que é um problema. E esta Casa tem que se manifestar e, inclusive nós da Comissão de Viação e Obras. Esta emenda visa breicar, visa amenizar esse problema e ainda que, minimamente, punir esses empresários que simplesmente se negam a cumprir a lei; porque as leis são muito lenientes em Cascavel. É necessário, para além do discurso da retórica, avançar neste debate. Creio que ainda é tempo e faço um chamamento a esta Casa pra que isso se concretize, a partir da presença da Casa e da Comissão de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Viação e Obras. Peço voto favorável. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: Gostaria de dizer que na realidade nós temos que ter alguns cuidados, em algumas coisas que fazemos aqui. Esses dias foi contrário a 5 vagas para Secretaria de Meio Ambiente, para mim estava marcado lá, engenheiros florestais. Se fosse pra Secretaria do Planejamento justificado por acúmulo de projetos, andamento da cidade, grandes obras, jamais eu seria contrário; então eu acho que de repente, estamos liberando gente para trabalhar em determinadas áreas que não têm a necessidade e, que tem uma outra determinada área que está acumulada de serviço. Obrigado. - Vereador Paulo Porto: Encerro, pedindo voto favorável à Emenda, que visa amenizar o problema; porém fique claro que não vai se resolver, a não ser que esta Casa e nós da Comissão de Viação e Obras pensemos de maneira mais qualificada e mais assertiva, em relação a leis mais rigorosas que não permitam esse tipo de “malandragem” de vários proprietários de loteamentos em Cascavel. – Presidente: Antes de dar continuidade a esta discussão, na verdade nós já havíamos conversado com a Procuradoria Jurídica desta casa, a Diretoria Legislativa e com alguns membros da Mesa Diretoria. E aproveitando a oportunidade da fala do vereador Paulo Porto, eu quero aqui fazer um anúncio de público: é evidente que todo esse debate que enfrentamos na tarde de hoje e nas sessões que aconteceram em outros dias, podemos tirar uma lição clara e objetiva de que, de fato temos uma legislação muito falha no município Cascavel, no que diz respeito à fiscalização, principalmente fiscalização de implantação desses loteamentos. E acho que é o momento de fato de encararmos a solução desse problema e não situações paliativas; e a solução de fato é você ter uma legislação muito clara, muito objetiva. Então senhores vereadores, eu quero comunicar de pronto aqui de público que vou instaurar uma Comissão, em nome desta Casa uma Comissão de estudos com composição dos vereadores da Comissão de Viação e Obras, Procuradoria Jurídica, Diretoria Legislativa, também representantes do Concidades e também da Prefeitura, representantes da Secretaria de Obras e da Secretaria de Planejamento; porque há uma controvérsia entre quem é a responsabilidade de fiscalizar ou não a implantação dos loteamentos. E pra que esse grupo, no prazo máximo de 60 dias, possa fazer os estudos necessários e apresente a esta Casa uma proposta de uma nova legislação, pra que a gente possa de fato, encararmos essa questão dos loteamentos, com a solução definitiva para o futuro da nossa cidade. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Paulo Porto: Parabenizá-lo pela iniciativa e isso vem no momento muito importante pra Cascavel. Um debate que tem que se avançar, nesse sentido. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Nós temos acho que, dois momentos bem distintos dessa discussão. A questão do parecer que, naturalmente foi discutida pra que pudéssemos chegar de fato à deliberação da Emenda. O que eu percebo nessa discussão toda, desde a semana passada é a preocupação com a questão das ruas dos novos loteamentos. Essa é a preocupação que a meu ver, domina a discussão, é a questão do arruamento; mas nós tivemos um posicionamento do diretor da Secretaria de Planejamento dizendo que essa questão das ruas, ela nada a ter a ver com a questão



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

do projeto que está sendo votado. A questão da rua, trata-se da Lei 6.178 e o questionamento que estamos votando é da Lei 6.179; mas eu perguntei a ele porque isso causa uma discussão, uma vez que o pessoal protocolou lá atrás a confecção dos loteamentos dentro daquelas leis. Então ele pode naturalmente deduzir e no pensamento, raciocínio lógico dizer: naquele momento a lei estava nessa conformidade. De certa forma não podemos tirar a razão, porém, segundo o argumento do diretor, ele fala que como é uma lei separada; a 6.178 não pode ser estendida junto com a 6.179; então vale o protocolo, mas não vale a questão das ruas. Aí eu fiz uma pergunta: e os loteamentos que nós já sabemos que já estão prontos? Já tem loteamento pronto ou bem encaminhado, o que vamos fazer com eles? É uma pergunta a ser respondida. Agora, existe uma outra situação que também, está correndo com muita força no meio dos vereadores, que é a informação da construção do Hospital da região norte. Um dos loteamentos que nós estamos deliberando, a sua área de utilidade pública, já está destinada para construção do hospital. Agora, a coisa muda de figura até porque é uma situação de extrema necessidade, a questão de se fazer esse hospital da região norte. E nós temos aqui, na resposta do requerimento, estava analisando agora com o auxílio do diretor Adir, o item 17, que fala sobre o Residencial Positano lá, na região do Brasmadeira. Então é algo realmente a ser pensado com muito afinco, com muita responsabilidade mais uma vez: mas agora, nós estamos saindo apenas do mérito da discussão dos 7 metros e 9 metros e, estamos falando da questão do hospital. Como vamos tratar, isso? É a pergunta que nós precisamos encontrar uma resposta. Essa é uma situação pontual. A minha preocupação é que os loteamentos, eles não peguem carona com a aprovação deste projeto como um todo e façam de qualquer maneira, como vem infelizmente acontecendo, justamente por essa questão que o presidente acabou de nos anteceder. É algo que realmente causa muita preocupação, os demais loteamentos não podem logicamente pegar carona nessa aprovação toda. Temos que deliberar com toda responsabilidade. Dentro dessa preocupação, eu quero compartilhar com os vereadores e agora, não estamos falando a questão da rua de 7 metros, vale os 7 ou não vale mais? Não vai valer, essa é a posição também, que nós temos da Secretaria de Planejamento que a Lei 6.178 é uma coisa e, a Lei 6.179... se esse pensamento, esse raciocínio realmente está correto, então; nós estamos discutindo desde segunda-feira passada algo que já está superado, mas a meu ver ainda assim, causa dúvida. A preocupação maior, sem dúvida nenhuma, é a questão do hospital da região norte, que é o recurso liberado, projeto pronto, e aí? (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Votei a favor do parecer e justifiquei e, vou votar também contra a emenda e justifico agora, nesse momento. O discurso que nós temos neste momento, conforme falou vereador Paulo Porto é a questão da prorrogação do prazo. A nossa Comissão de Viação e Obras da Casa fez uma solicitação ao secretário Alessandro e toda sua equipe, estiveram aqui na Casa, esclarecendo aos vereadores e disse com todas as letras: o Projeto nº 129 não altera a largura de rua, ele só faz a prorrogação do prazo. Prorroga-se para mais um ano, aqueles projetos que foram



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

protocolados antes da lei 6.179. Eu sou contra esta Emenda, mesmo porque, existem diversos fatores e, um deles o vereador Romulo Quintino levantou aqui, que é a questão da construção do hospital na região norte; que já tem a área já predestinada e outros projetos que estão também em andamento e que também, vão ser prejudicados. Portanto, eu votarei contrário a esta Emenda. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Estou cada vez mais confuso. Estamos deliberando pra que se corrijam os erros e, o Cláudio Gaitero diz que vai votar contra. Se não faz parte deste Projeto, estamos colocando um negocinho a mais pra garantir os 9 metros de rua; e o senhor vai votar contra? Então o que interessa pra ti? Só o tamanho das ruas, a legalização de todas as outras obras então não interessa? O hospital municipal se é pra fazer num lugar que não passa nem uma ambulância, melhor não ser feito. Tantos lugares que tem aqui em Cascavel, fazer num burucutuzinho assim que, não passa nem um carro de bombeiros? Temos que votar a favor dessa lei, eu já votaria contra, porque essa lei já era morta; mas com esta Emenda pelo menos corrige uma vergonhice que se tornou Cascavel, através desses loteadores. Se nós perguntarmos aqui, pra população em geral: 99,9% votam que temos razão, aquele 0,1% só vai votar a favor se, são donos de loteadoras. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: A Emenda não trata de largura de rua, é uma Emenda ampla falando de projetos; é uma questão, parece que usar largura de rua é mais uma manobra. A do Hospital Regional também é mais uma manobra, que não tem nada a ver com a questão do que nós estamos tratando aqui, de obras que estão paradas, que foram encaminhadas e que não foram resolvidas. Eu não acredito que o Hospital Municipal esteja nessa situação, nem pode estar. Não tem como dizer que o hospital vai parar por causa dessa Lei, desta Emenda que nós estamos fazendo, não tem cabimento isso. Essas colocações são questões de manobra política, de grupos interessados para trancar a Emenda e poder favorecer aqueles que têm os interesses pessoais ou de grupos. Portanto, nós temos que deixar bem claro que nem a Lei e nem a Emenda vai trancar a construção do Hospital Municipal, conforme estão querendo. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Então vamos colocar uns *out doors* na rua: vereador que quer 7 metros, vereador que quer 9 metros. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Walmir Severgnini: Concordo, porque no nosso bairro tem 3 unidades de saúde, o posto de saúde do Cascavel Velho, na rua Estocolmo tem 7 metros. Se o carro estaciona dos dois lados, quando chega ambulância para socorrer alguém, não passa. No PAC III a situação é mais grave ainda, porque a Rua ficou 6,80m, quando estaciona os carros na frente, as ambulâncias que levam o pessoal acidentado para entrar no PAC também, têm essa dificuldade. Agora foi colocado estacionamento só de um lado; porque não tinha como deixar nos dois lados, que trancava a rua do PAC III; por causa desses projetos que liberaram lá na frente que, era 6,80m as ruas do Jardim Veneza. Na unidade de saúde da família, que é lá pertinho da casa do João Paulo, está construindo lá também, a rua é 7 metros. Então na verdade 3 unidades de saúde no nosso bairro, as 3 prejudicadas pelo tamanho das ruas. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Essa vergonha que existe de 6,80m mais o meio-fio, isso tem que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

acabar. Essa pilantragem tem que acabar e esses picaretas que tomaram Cascavel como fonte de dinheiro, tem que acabar. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Com todo o respeito que eu tenho aos nobres colegas aqui, que assinaram esta Emenda nº 2, eu não posso votar favorável a esta Emenda; porque ela é inconstitucional. Não tem como eu votar um assunto que é inconstitucional, fiquei 2 anos na CCJ: os colegas vereadores que lá estiveram comigo, sabem o zelo que eu tenho pela questão da constitucionalidade: não podemos agir fora da lei. Outro detalhe aqui, no conteúdo da Emenda: *ficam excluídos do prazo contido no caput do artigo primeiro os loteamentos pendentes de aprovação, em virtude da Lei Municipal 6.179/2013*. Se eles estão pendentes de aprovação é porque eles estavam protocolados; se eles estavam protocolados é um direito adquirido, nós não podemos tirar um direito que já estava protocolado. Eu sou contra a rua de 7 metros, sou contra; por isso que nós já fizemos no início da nossa legislatura, já foi alterado, foi aumentada a largura das ruas. Agora, os projetos que já estavam protocolados: certo ou errado, a legislatura anterior aprovou e; se houve falha, foi da legislatura anterior. Com todo o respeito pelos colegas que propuseram a Emenda, eu não posso votar favorável a ela, porque ela é inconstitucional, no meu entendimento. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Fernando Winter: Se nós não votarmos essa Emenda, vai continuar do jeito que está. Temos observado o trabalho que o Walmir tem feito das loteadoras, das ruas; vai continuar do jeitinho que está, não vai mudar nada. Nós temos a chance aqui, a oportunidade de mudar e vocês é que decidem. Obrigado. (-Um aparte) – Vereador Pedro Martendal: Pois não. – Vereador Rui Capelão: Gostaria de dizer ao senhor que, é pendente pela aprovação em virtude da Lei 6.179/2013, veja que nós estamos trabalhando em cima de uma questão antiga, pendente desde lá atrás. Então aquilo que está vindo errado desde lá atrás, tem que continuar porque é inconstitucional? Não estamos trancando nenhum projeto, nós estamos dizendo que: aqueles que apresentaram o projeto, não tomaram as medidas no tempo hábil, correto e como deveriam fazer, eles vão pagar por isso, vão tem que entrar com novo projeto e vai ter um custo bem maior pra eles. Acho que a inconstitucionalidade, com todo o respeito acho que aqui, não; porque se for inconstitucionalidade tudo vai ser inconstitucionalidade: o que nós formos votar e que está vindo lá de traz errado. Então vamos ter que sempre nos ajoelhar na frente dos erros dos outros. – Vereador Pedro Martendal: Primeiro, respondendo ao vereador Fernando. Não tem como continuar igual, porque os novos loteamentos protocolados a partir da lei que nós aprovamos e que a medida é 9 metros, salvo que serão responsabilizados os técnicos, não poderão receber um loteamento fora do que prevê a lei. Porque a lei que nós aprovamos não está sendo revogada. E quanto ao Rui Capelão, quando eu falo aqui: pendentes em 2013, então são loteamentos que já estavam protocolados naquela data. Se estão diferentes do que previa a lei vigente até aquela data, volto também ao caso, depende dos técnicos verificarem se o projeto... tem que analisar, se o projeto protocolado naquela data estava de acordo com a lei vigente, naquele momento: se estava, se a lei era boa ou não era boa, não cabe a nós agora, discutir. Então agora, se o projeto



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

estava protocolado mesmo que ele esteja pendente de aprovação, ele tem que ser analisado segundo aquela lei e, não pode analisar o projeto protocolado na anterior pela lei atual; porque é direito adquirido do loteador. Não estou defendendo a rua de 7 metros, mas tem que ser analisado daquela maneira, sobre pena do prejudicado entrar com medida judicial e fazer valer o seu direito. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador João Paulo de Lima: Quero concordar em partes com o vereador Pedro Martendal, sobre a questão da inconstitucionalidade até porque sabemos aqui que, temos uma ampla defesa de direito e, cada um tem o seu direito garantido. Isto é fato. Agora na verdade mesmo acuado, quem sabe vindo para esta Casa uma ADIN; inclusive das próprias loteadoras, é necessário que se faça inclusive essa amarração, porque realmente nós usamos um amplo debate e não há possibilidade nenhuma de nós deixarmos essa Emenda, inclusive, não assinei, mas estou aqui parabenizando todos os vereadores. E quanto à questão que o vereador Rômulo Quintino levantou sobre o hospital, que é importante pra cidade de Cascavel. Se não foi aprovado até agora este loteamento, não é com o hospital que vai aprovar imediatamente; então acho que não tem porque essa nossa preocupação. E de outra forma, essa Emenda mesmo tendo esse entrave jurídico é uma questão que nós podemos ter uma blindagem, no que se diz respeito a essas picaretagens que foram feitas aí. Eu perguntei ao secretário, estava com o secretário Alessandro e simplesmente o município automaticamente só está autuando, mas autuando depois que viu o vídeo que foi passado, através da imprensa. Então acho que é uma forma de nós tentarmos pelo menos, amarrar isso e que as loteadoras e as pessoas que se sintam prejudicadas que, entrem com uma ação até que se resolva isso. Eu sou favorável a essa Emenda. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: Vereador Pedro Martendal, nós já demos o direito pra esse pessoal resolver o problema dele, e por mais de uma vez não resolveram; então por que é inconstitucional? É irresponsabilidade daqueles que não resolveram. Não tem inconstitucionalidade, porque o direito sempre nós demos a eles. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Nós pensamos aqui que estamos garantindo alguma coisa e, eu deveria ser o primeiro a comemorar a proposta dessa emenda de retirar os loteamentos; porque eu não concordo com terreno de 200 metros, eu não concordo com subdivisão de lotes em 3, 4 unidades familiares que foi o que discutimos aqui, na semana passada ou anterior, não sei. E, que vereadores queriam que subdividisse lotes em vários, que fosse permitido por esta Casa. Hoje, tem posicionamento contrário; porque esses loteamentos que foram protocolados antes, vão fazer o lote de 200 metros e vão poder subdividir os terrenos de 360 em 4 unidades familiares. No meu critério de sustentabilidade, isso não garante uma cidade melhor, porque já é um lote e um lote é pra você ter sua vida digna, tua moradia digna. Quando você subdivide em diversos, você perde a dignidade da habitação. Nesse sentido eu deveria estar comemorando, porque o meu pensamento... mas, eu não posso ao mesmo tempo tirar o direito legal daqueles que protocolaram o projeto lá e, que eu vou conceder direito as outras edificações... eu autorizo a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

prorrogação e não tem o princípio da isonomia (que alguns dias, alguns alunos vieram aqui na nossa Casa, pedindo o que nós entendemos por isonomia). E eu deveria estar comemorando, porque os loteamentos estariam fora, mas não posso: porque se alguém errou no passado, como eu falei também no Projeto nº 156, não foi culpa dessa Casa, se lá atrás fizeram errado... embora minha Emenda que tinha feito, acho que era mais apropriada porque ela garantia a lei 138 e não tirava os loteamentos da aprovação técnica; mas infelizmente não passou e, teve dois pareceres contrários. Então, eu deveria estar comemorando a retirada dos loteamentos, mas não vou votar a favor disso; porque eu acho que nós temos que ter o princípio da isonomia, de considerar o direito de quem protocolou anteriormente; embora lá atrás, erraram em permitir que fizessem essa subdivisão de terreno que ainda é permitido hoje, que vai transformar a nossa cidade nesses loteamentos novos num conjunto de habitação, que amanhã ou depois teremos problemas de vizinhança, de impacto de vizinhança, de estacionamento de veículos que não pode estacionar o carro dentro do lote e, deixa na rua. Agora, a rua de 9 metros eu quero que a Comissão de Viação e Obras desta Casa e os vereadores aqui, garantam que esses terrenos, esses loteamentos que estavam protocolados, vão ser construídos dentro dos padrões da Lei atual, que não é lote de 200 metros e que não era rua 7 metros. Eu desafio então esta Casa que, acompanhe isso. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: Eu sou favorável que, quando você tenha um lote e o teu filho quiser fazer uma casinha no fundo, que possa fazer a casinha. E até tem gente que faz pra alugar, pra melhorar a renda da família, porque o que ele ganha é muito pouco; então a isso eu sou favorável. Então a Prefeitura que não cobre 2, 3 IPTU e 2, 3 lixo de quem tem 2 ou 3 casas dentro do mesmo lote, porque aí então começa o serviço público a errar, também. Então eu acho que as coisas têm que ser tratadas sempre em benefício do mais pobre. Obrigado. – Vereador Nei H. Haveroth: Acho que cada coisa no seu momento, no seu devido espaço de discussão, que é isso que estamos propondo, aqui. – Presidente: Em votação, a Emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 129/2015. Proceda a votação nominal, senhor primeiro secretário. (Foram contrários os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Pedro Martendal, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Jorge Menegatti, Luiz Amélio Burgarelli, Luiz Frare e Nei H. Haveroth) (Foram favoráveis os vereadores: Celso Dal Molin, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limite, João Paulo de Lima, Professor Paulino, Rui Capelão, Walmir Severgnini, Paulo Porto, Vanderlei Augusto da Silva, Jorge Bocasanta e Fernando Winter) – Secretário: 11 votos favoráveis e 9 contrários. – Presidente: Com 11 votos favoráveis e 9 contrários aprovada Emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 129/2015. Passamos pra discussão da emenda nº 4 ao Projeto de lei nº 129/2015. Em discussão a emenda. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; Emenda nº 4 aprovada pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos então, pra segunda discussão do Projeto de lei nº 129/2015 de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a prorrogação de prazo estabelecido no artigo 138 e alterado pela lei 6.437 de 23/12/2014 e dá outras providências. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. -



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Vereador Rui Capelão: Quero dizer que nós estamos à disposição dos órgãos públicos, inclusive a questão de atrasos de encaminhamentos, por exemplo, se Copel atrasa, eu vou lá conversar com o pessoal da Copel, a Sanepar atrasa eu vou lá conversar com o pessoal da Sanepar, saber porquê a demora e assim sucessivamente. Eu acho que nós temos que tomar medidas e eu acho que não podemos tomar medidas aqui, sentados, mas podemos também cobrar de todos os órgãos públicos que prestam serviço para o município. Temos que prestar serviço sim ao Paço Municipal porque nós estamos aqui para ajudar a população, cobrar do Paço, mas sempre prestar o melhor serviço possível ao nosso município. Então quero dizer que o meu voto é favorável e desejar boa sorte a todos do planejamento. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Eu imagino que esse projeto 129 veio para resolver, resgatar aqueles projetos que continuam parados lá no município. Esse projeto 129 sendo aprovado da maneira que foi com essas duas emendas, eu imagino que uma emenda não será vetada, mas uma emenda será vetada. Com isso, nós estamos nesse momento aprovando esse projeto e elevando por mais 60 dias aquelas pessoas que estão lá aguardando, eles que vão esperar mais 60 dias até ir no município, até retornar aqui pra essa Casa, até o veto ser deliberado com certeza teremos mais 60 dias, se não encaixar naquele período do recesso da Câmara que é dia 16 de julho e daí nós estaremos liberando as pessoas somente em agosto. Então é lamentável isso e eu fico triste com isso, porém peço voto favorável à aprovação deste projeto. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Eu vou falar o contrário do que o Cláudio Gaitero falou. Essa lei já era, está ultrapassada, não tem mais espaço numa cidade de 300 mil habitantes. Votei a favor da emenda porque eu acho que a emenda ainda ajuda um pouquinho a melhorar, mas nós tínhamos que votar contra essa sua prorrogação. A picaretagem que fica para o passado. Eu não sonho com uma cidade que tenha rua de 7 metros, lote de 200 nem... aqui é oportunidade de dizer: basta! Chega! Os picaretas que vão pro outro lado e nós temos o poder de fazer isso sim. Eu não gostaria da minha família, um filho meu no futuro... nem em Itapejara do Oeste tem rua de 7 metros. Eu não gostaria que um filho, neto meu fosse morar numa cidade desse tipo. Os picaretas dos loteadores têm que acabar. Então, vamos acabar com isso votando contra essa prorrogação, vamos enterrar. Contrário do Cláudio Gaitero, vamos acabar agora, vamos votar contra. Vamos deixar pra que essa nova lei que nós já fizemos de 9 metros que não é o ideal, mas é pelo menos admissível. Então, eu peço um voto contrário pra nós acabarmos com essa vergonha. Isso é a maior vergonha que Cascavel já teve. Lotinho de 200 metros, rua de 6,80m que não dá nem de passar duas ambulâncias. Que o nosso voto de hoje, vamos dizer um “não” a essa vagabundagem. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: Lá em 2013 no início quando nós votamos inclusive alguns vetos do prefeito aqui em determinadas emendas, o Prefeito vetou porque a lei era 10,40m e tinha muita gente aqui apresentando emenda para que diminuísse o tamanho dessas ruas. Infelizmente, o que eu sentia naquele momento e defendia as emendas do prefeito para que fosse os



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

10,40m e não fosse mexido porque se via que havia interesse certamente até de propina de loteadores aí tentando manipular essa Casa. Portanto, eu acho que nós temos que nos manter firmes em defesa do nosso trânsito e da nossa população. – Vereador Jorge Bocasanta: Quem quer uma cidade boa, de ruas largas, de lotes bons, é bem fácil, é só votar não a essa prorrogação, acaba tudo. Eles que entrem na Justiça, vamos ver se a Justiça faz isso aí porque o direito público está superior ao direito privado, está na Constituição. Então o meu voto é contra isso aí, pra acabar essa prorrogação e que essa cidade nunca mais tenha leis desse tipo. Obrigado. (- Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador jamais. – Vereador Jorge Menegatti: De repente quem está em casa ouvindo pela internet, quem vai ouvir essa gravação durante o dia de amanhã não vai entender, mas o projeto de lei 129/2015 dispõe sobre a prorrogação de prazos estabelecidos no artigo 138 da Lei 6179/2013 e mais algumas coisas. A única coisa que tem no anteprojeto é a solicitação de prorrogação de prazo. Não tem nada aqui de rua de 7 metros, 5 metros, de 20 metros, a lei já foi aprovada lá atrás, não estamos mexendo em tamanhos de rua, nós não estamos mexendo em tamanho de loteamento, quem tem protocolo dos seus loteamentos tem direito adquirido, tudo bem a lei venceu, mas está sendo prorrogada, ou a gente votava contra ou a favor da prorrogação, mas estamos mexendo no teor do projeto, simplesmente no prazo do projeto. Não tem como uma emenda alterar o teor do projeto, pelo meu entendimento, que não é muito, é impossível alterar isso, por mais boa vontade que tenhamos, a lei atual não permite ruas de 7 metros, estamos querendo falar pra população que nós estamos votando novamente aquele projeto de 2013, não estamos discutindo o projeto 2013, projeto já foi, a discussão agora é outra. A discussão é: prorroga ou não prorroga. Quem protocolou um pedido lá atrás vai ter direito a continuar o processo ou não? Quem errou? A pessoa que protocolou, de repente por um erro de algum órgão público, IAP, Copel, Sanepar não sei, os próprios funcionários, engenheiros da Prefeitura que não aprovaram em tempo hábil, essa pessoa tem que ser penalizada? Ontem defenderam aqui o emprego de uma empresária que estava aqui, falando que tinha que ser votado, tinha que ser correndo. Mas tão correndo que o projeto chegou nessa Casa dia 28-10-2015? Com todo respeito a vossas excelências, mas a única coisa que podemos fazer nesse projeto, não é pra colocar emendas, é: aprova como está ou não aprova. A discussão do teor do projeto foi lá em 2013. Não tem mais como voltar à discussão do tamanho de rua, etc. Se eu estiver errado me corrijam. Se eu estiver errado quanto a minha fala de ontem falando que o projeto ficou desde o mês 10 até a semana passada dormindo nessa Casa, que me corrijam. Por que demorou mais de 6 meses pra ser votado? Qual que era o motivo de ficar guardado? Ninguém questionou ontem. Estou com os ouvidos abertos pra ouvir se quiserem discutir, mas pra mim o meu documento que está aqui: 28-10-2015, está com parecer de dezembro aqui, se não me engano. Está sendo votado em maio, estão preocupados com os empregos, com os empresários? Eu respeito a posição de cada um, mas eu estou colocando a meu modo de pensar. Pra mim, estou votando com o Executivo, não por ser da base ou contra a base, estou



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

votando conforme minha consciência. Não é tamanho de rua, não é o tamanho do loteamento, não é onde vai construir hospital, onde vai construir campo de futebol, não tem nada a ver. Obrigado. – Vereador Luiz Frare: Parabéns pela colocação. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Vereador Jorge Menegatti, tenho memória boa e lembro muito bem que você fez emenda em vários projetos aqui nessa Casa, então o vereador analisa o projeto, talvez não esteja bem completo ou pode ser melhorado, ele tem todo direito de fazer uma emenda. Concordo sim com seu pensamento porque nós analisamos o projeto e resolvemos fazer uma emenda pra melhorar. Vereador Cláudio, não tem nada que lamentar tem que agradecer porque vamos votar favorável ao projeto. Fizemos essa emenda pra corrigir as loteadoras que não cumprem a lei. Então eu acredito que estamos fazendo a coisa certa, porque as loteadoras não cumprem a lei então apenas estamos extinguindo as loteadoras, então não é de se lamentar não, é de agradecer os vereadores que vão votar favorável. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Pedi voto favorável ao projeto, porém, Vossa excelência deve ter escutado o que o vereador Jorge Menegatti muito bem falou aqui. Nós estamos votando aqui a prorrogação do prazo, não tem nada a ver com largura de rua. – Vereador Fernando Winter: Mas dentro da prorrogação do prazo ela entra porque já foi prorrogada essa lei. (-Um aparte) – Vereador Fernando Winter: Pois não. – Vereador Jaime Vasatta: Estão tirando o direito dos vereadores fazerem emendas. Essa é a grande verdade, agora, os vereadores que trabalham e que vão lá no campo fiscalizar as obras, ninguém fala. Por isso que eu admiro seu trabalho, Walmir, e outros vereadores que vão a campo a fiscalizar os loteamentos como todos estão sendo feitos, a questão de asfalto, largura de rua, meio fio, galerias, enfim. Isso ninguém fala. Então, é fácil vir aqui falar, discutir, muitas vezes, acham que as emendas estão erradas, então eu vejo assim que, muitas vezes, o vereador não está fazendo o trabalho que tem que ser feito. (-Um aparte) – Vereador Fernando Winter: Pois não. – Vereador Walmir Severgnini: Só queria argumentar porque a lei anterior a de 2013 qual era o tamanho das ruas? Eles falam que não está mexendo nas ruas. 2013, qual era o tamanho das ruas? Não era 7 e 9? E depois de 2013 passou 9 e 12. Então, se nós estamos aprovando um projeto anterior a 2013, nós estamos dando uma procuração em branco pra eles fazerem as ruas de 7 e de 9. Obrigado. – Vereador Fernando Winter: É bom lembrar que embora o vereador Rômulo votou contra nossa emenda, nós votamos favorável à emenda dele dizendo que não é mais pra prorrogação por um ano, e sim por 6 meses. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Houve algumas manifestações aqui que preocupam. O vereador Fernando Winter falou que as loteadoras não estão cumprindo a Lei. Elas têm que cumprir a lei. Se o loteamento está irregular, se ele foi protocolado antes do dia 26 de abril que é a Lei 6205, tem que se respeitar o que está no projeto protocolado, se foi posterior tem que cumprir a lei dos 9 metros, se não está sendo cumprido... a segunda denúncia também é do vereador Walmir que tem ruas de 6,80, essa as loteadoras vão ter que alargar os 20 centímetros Então tem que cumprir a lei. Se é antes de abril, é pela lei



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

anterior, se é posterior a abril de 2013 é pela lei nova. Não podemos alterar alguma coisa anterior porque já estava protocolado. Aquela imobiliária, aquela loteadora, aquela pessoa tem o seu direito que tem que ser respeitado. Então, nós temos que tomar cuidado. Então, essas duas denúncias o departamento técnico da Prefeitura que tem que se manifestar. Se as loteadoras não estão cumprindo o que determina a lei onde é que está a falha? (-Um aparte) Pois não. – Vereador Luiz Frare: É possível legalmente depois de 3 anos mudar uma lei anterior agora com emenda? Se nós estamos recebendo uma missão pra prorrogar ou não o que está lá, como é que nós podemos legalmente ou se é possível, legalmente, mexer e fazer emenda em cima de uma lei que já há 4 anos atrás estava aprovada? - Vereador Walmir Severgnini: Só pra complementar, quando eu cheguei no loteamento... palavras do Alessandro, quando se começa abrir as ruas, fazer o meio-fio, calçada? A partir do alvará e publicado o edital no órgão do município e esse loteador não tem, então ele está irregular. Nessa situação que eu falei que ele está irregular. (-Um aparte) – Vereador Pedro Martendal: Pois não. – Vereador Jorge Menegatti: A partir do momento que nos falamos aqui que existe loteamento irregular, estamos afirmando isso, precisamos investigar porque caso contrário podemos responder por prevaricação porque aqui fica gravado e nós precisamos, se sabemos do caso irregular temos que denunciar caso contrário vão prevaricar e podemos responder por isso. – Vereador Pedro Martendal: Quanto a manifestação do vereador Jaime Vasatta, não sou contra emendas, eu sou contra emenda que eu entendo que está afrontando a legislação. Não é contra a emenda, é contra o conteúdo que está na emenda. O conteúdo não está de acordo com a legislação. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Existem mais de 20 loteamentos notificados e embargados e um deles é esse que você está falando. – Vereador Pedro Martendal: Voto favorável ao projeto porque o projeto está se referindo a prorrogação de prazo. Esses detalhes, justifiquei. Estou aqui com a lei que está em vigência, qualquer loteamento protocolado a partir do dia 26 de abril de 2013 que não esteja de acordo com a lei 6205 ele é irregular e tem que ser embargado pelo técnicos da Prefeitura. Quanto ao anteprojeto 129, meu voto é favorável, acredito que devemos aprovar. – Presidente: Em votação o Projeto de lei nº 129. Proceda a votação nominal senhor primeiro secretário. (Foi contrário o vereador: Jorge Bocasanta) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Ganso sem limite, João Paulo de Lima, Fernando Winter, Cláudio Gaitero, Jorge Menegatti, Luiz Amélio Burgarelli, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Jaime Vasatta, Professor Paulino, Romulo Quintino, Rui Capelão, Walmir Severgnini, Paulo Porto, Vanderlei Augusto da Silva, Pedro Martendal e Robertinho Magalhães) – Secretário: 19 votos favoráveis e 1 contrário. – Presidente: Com 19 votos favoráveis e 1 contrário. Passamos pra discussão do Projeto de lei nº 28/2016 de autoria do vereador Roberto Magalhães que institui no Calendário oficial do esporte do município o Campeonato municipal do interior de Cascavel e dá outras providências. Em discussão o projeto. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado pela totalidade dos senhores vereadores



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

presentes. Passamos então para a segunda discussão do Projeto de lei 33/2016 autoria do Executivo Municipal que autoriza o município de Cascavel desafetar e permutar imóvel urbano e dá outras providências. Em discussão o projeto. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de lei 33 aprovado pela totalidade senhores vereadores presentes. Passamos então para o Projeto resolução 4/2016 da mesa diretora, que autoriza a baixa de bens patrimoniais da Câmara Municipal de Cascavel na forma que especifica. Em discussão o projeto. Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam como estão os contrários que se manifestem. Projeto de resolução 4/2016 aprovado pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Temos os requerimentos. Requerimento 146 de autoria do vereador Celso Dal Molin, 147 do vereador Jorge Bocasanta, 148 do vereador Jorge Bocasanta, 149 do vereador Romulo Quintino, 150 do vereador Pedro Martendal, 151 da Comissão de educação, 152 também da Comissão de educação, 153 da Comissão de saúde, 154 do vereador Jorge Bocasanta e 155 do vereador Professor Paulinho, requerimento 156 de autoria do vereador Paulo Porto. Consulto aos senhores líderes se há consenso na deliberação dos presentes requerimentos. (-Consenso) Havendo consenso, coloco em discussão os requerimentos lidos nesse momento. Em discussão os requerimentos. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão os vereadores contrários que se manifestem. Requerimentos aprovados pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos para inscrição do interesse público. O primeiro inscrito é o vereador João Paulo de Lima. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Vereador João Paulo de Lima: Só gostaria de deixar registrado sobre a questão que nós estamos aí debatendo bastante sobre Hospital isso aquilo, e ontem nós estivemos eu e o vereador Walmir na UPA Pediatria na parte da tarde e lamentar aqui a situação que está. Nós sempre temos colocado aqui a situação do Estado, a situação do Município, mas enfim, não dá pra admitir, certas coisas que estão acontecendo. Nós tivemos lá, pais que entraram às 7:00 da manhã e saíram quase as 8:00 da noite de ontem, e hoje continua a mesma situação, porque não tem médico. Médico de atestado, médico que não quer mais trabalhar no serviço público, principalmente na parte de Pediatria há uma dificuldade, inclusive da contratação, mas o que não dá é pra que a gente fique vendo essas cenas que são cenas, inclusive, de desprezo com a população. Eu aqui sempre bato na 10ª Regional de Saúde, tenho falado muito do seu diretor, Miroslau Bailak, mas aqui também eu tenho que puxar a orelha do secretário Reginaldo Andrade na questão que é o atendimento da UPA, porque a UPA, na verdade, é de responsabilidade do município de Cascavel e nós estamos passando aí por uma grande dificuldade, sabemos que a tendência é piorar pela questão do clima em nossa cidade, por isso estou deixando aqui nesta Casa a indignação deste vereador que vem lutando com frequência juntamente com a Frente Parlamentar de saúde sobre as questões fundamentais, no mínimo, principalmente da Saúde básica, por que enfim, algumas pessoas que vão às unidades básicas de saúde não encontram o médico pediatra lá e vão até a UPA Pediatria. É lamentável dizer o seguinte: “Não, porque só existe uma



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Upa, porque se tivesse...” O pessoal da região norte, o pessoal da região sul viesse até aqui a Pediatria não teria problema nenhum, desde que fosse atendido. As mães e os pais são compreensivos porque aguardar 2, 3 horas num atendimento, isso aguarda inclusive no particular, é só você pegar um hospital privado da cidade quem tem plano de saúde e ver que a dificuldade não é somente no serviço público é no sistema privado também que não funciona. Agora, esperar além disso, entrar num plantão médico e sair no outro plantão médico, aí é lamentável a situação, é realmente desesperador. E outra coisa, não adianta aqui... veio aqui a chefe das Upas, que eu não vejo ela nas Upas, vejo ela mais na secretaria do que aqui, a Cristina Carnaval, e aqui eu dou nome, não adianta ficar dentro da secretaria, tem que ir nas Upas e ver a situação, a indignação do povo e tentar resolver alguma coisa. Não adianta também dar um copinho com café com leite em uma bolachinha pra passar o meio dia lá porque é isso que está acontecendo. Então, dessa maneira dizer que é lamentável essa situação e tem que ser tomado providência. Todas as vezes que tiver direito aqui de usar a Tribuna vou falar, não tenho o poder da caneta, mas enquanto eu tiver voz e vez pra falar, vou falar. A minha indignação é desse sistema que está acontecendo aqui nessa cidade, é as crianças ficarem esperando, um adulto já ficar esperando é revoltante, quem dirá uma criança que com certeza nos causa essa indignação. 3, 4 horas, dá pra suportar, a partir do momento então daí não adianta ficar reclamando que os pais estão bravos, que a imprensa está lá, que os vereadores estão lá fazendo o fervero, nós vamos continuar. Indiferente de quem queira nos pressionar, dizer que o nosso mandato termina dia 31 de dezembro e aí se nós não voltarmos aqui a essa Casa então eles vão ter sossego. Enquanto isso, enquanto não retomar o que nós estamos pedindo, que é a contratação de alguns médicos, que a Secretaria Municipal de Saúde por meio de informativos... se gasta tanto em propaganda, porque não se informa a população que a UBS é pras questões básicas, a UPA é pra atender as questões mais graves. Mas isso não se faz. Se gasta tanto dinheiro com propaganda nessa cidade, mas uma situação que é importante esclarecer à população... porque, muitas vezes, a população não sabe o que tá acontecendo. Então dizer assim, não adianta querer culpar: “mas a mãezinha não deveria estar na UPA, ela deveria ter ido lá na unidade básica de saúde.” Mas então avise, oriente, pois nós temos aqui as ACSs que podem fazer essa orientação, nós temos aí um mecanismo da comunicação do município que pode fazer essas orientações através da imprensa de Cascavel, mas não faz e daí vira esse tumulto, os pais bravos e com razão porque não dá pra tirar a razão dos pais, os pais estão cobertos de razão. Os médicos, os trabalhadores lá de dentro saturados, não querendo mais trabalhar numa UPA porque realmente eu não gostaria de trabalhar numa UPA pela pressão que recebe de todos os pais que estão ali, “o meu filho aqui está morrendo está com febre e ninguém faz nada”, mas não é porque não faz nada, é pela quantidade de pessoas que estão lá. Pois não, vereador Robertinho. – Vereador Robertinho Magalhães: Fazer um convite, domingo agora nós estivemos na comunidade de São João do Oeste a quarta Festa do boi no rolete e a primeira cavalgada. Convido a todos que vai ser uma grande festa com missa sertaneja



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

e gostaria que todos se fizessem presentes. Obrigado. - Vereador João Paulo de Lima: Acho importante falar porque é melhor comer do que ficar doente numa UPA. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Martendal: Estou feliz hoje porque até que enfim o senhor viu que o sistema de saúde do município merece, e fico contente do seu pronunciamento que precisa ser olhado com outros olhos porque está deficitário, já tentamos, a Comissão de saúde, realmente precisa, a 10ª regional como o senhor sempre tem falado, tem as suas dificuldades, mas o que cabe ao município também precisa uma atenção especial. Já denunciei aqui quando a comissão esteve em uma das UPAs, nem álcool gel tinha nos recipientes, isso que nós estamos numa crise de HN1. Obrigado. - Vereador João Paulo de Lima: Vereador Pedro, o senhor anda muito viajando e às vezes não assiste às sessões, mas já falei com o secretário muitas vezes. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: O que me preocupa é o tom que você colocou, o grande estresse é o fator sem dúvida que intoxica os colegas médicos. Quero aqui fazer voz desses colegas, eu tenho 30 anos de formado e certamente hoje eu não tenho mais a capacidade, talvez até técnica, de permanecer no atendimento de emergência 12, 8 horas e tudo mais de uma maneira contínua ao longo dos anos. É o tipo de atividade que tem que ser talvez até repensada, e o modelo de Cascavel está saturado e nós precisamos de gestão urgente em todos os sentidos, rever esse sistema porque esse sistema implantado pelo governo da Estrela é falido, quando em verdade há anos atrás quando tínhamos a distribuição do atendimento pelos próprios hospitais particulares nós não tínhamos uma situação tão caótica como nós vemos hoje em dia, UPAs lotadas, falta de vagas, e assim por diante. Aconteceu não da noite pra o dia, mas já é uma tragédia anunciada e não pode continuar assim. Se Deus quiser a partir de amanhã alguma coisa talvez comece a mudar. - Vereador João Paulo de Lima: Eu só gostaria de pedir encarecidamente ajuda dessa Câmara, de todos os vereadores não só da Frente Parlamentar, mas nós temos que fazer alguma coisa ou quem sabe, inclusive travar algum projeto do Executivo para que se resolva isso porque a saúde é em primeiro lugar. Se as pessoas estão morrendo, não adianta aqui nós estarmos votando em asfalto e isso e aquilo. Então temos que travar os projetos aqui do Executivo até que se resolva as questões das UPAs, não dá mais pra aguentar esse tipo de situação. Então, o Executivo tem fazer alguma coisa, assim como o governo do estado também tem que cumprir seu papel. Era o que tinha. Muito obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Venho falar de coisa boa. Viemos em nome da Comissão de educação falar da merenda escolar. Eu gostaria que o pessoal da técnica colocasse alguns slides. Está ali, visita da Comissão de educação cultura e desporto ao local da merenda escolar que era lá o antigo Supermercado Rimafra. Gostaria que vocês acompanhassem ali que são dados importantes, o setor da merenda conta com 26 servidores, sendo desses, 4 nutricionistas que fazem o acompanhamento da merenda escolar desse seu trâmite administrativo, compra de alimentos, acompanhamento e especificações técnicas e também elaboração do cardápio mensal. Logo em seguida passa o cardápio também, sempre baseado nas orientações nutricionais da



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Organização Mundial de Saúde e Legislação Federal além de visitas às escolas e Cemeis regularmente. As nutricionistas, diariamente estão visitando as escolas e também, esse mês acompanhando as cozinheiras no cardápio. Pode passar. É responsabilidade do setor o acompanhamento junto as merendeiras o uso dos equipamentos, proteção, a distribuição dos utensílios para as cozinhas. São aproximadamente 50 mil refeições, é um número razoável compreendido entre lanche manhã e tarde, almoço nos Cemeis, escolas em tempo integral e fornecimento de alimento específico para crianças com restrição alimentar, fornecimento de fórmula para bebês de 1 ano nos Cemeis. Um dado importante: são atendidas 29.000 crianças da rede Municipal. Outro dado importante, o valor que é gasto anual são R\$ 10.500.000,00, e desses só R\$ 3.450,00 vêm do governo federal o resto é contrapartida aqui do nosso município. Foi realizada chamada pública para o fornecimento de 28 itens pela agricultura. A Agrivel que é uma cooperativa, é responsável por fornecer entre outros produtos: alface, cheiro-verde, brócolis, banana, ovos, filé de tilápia, macarrão entre outros. Inclusive, produtos orgânicos, é bom ressaltar que ainda, infelizmente, em Cascavel só tem um produtor que produz produtos totalmente orgânicos, então ele não atende toda a demanda, os outros produtos não são orgânicos, mas são fornecidos pelos agricultores. A alimentação dos bebês, que são mamadeiras, tem de 8 a 9 meses, de 9 a 11 meses e para crianças de 12 meses. Aí está o cardápio dos Cemeis. Ali o cardápio da escola em tempo integral. São servidas refeições, arroz, feijão, salada, filé de tilápia, suco. Todo dia tem um cardápio diferente. Esse é o cardápio das escolas em 2016 onde a gente pode observar que em cada mês as nutricionistas fazem um trabalho diferente. Ali fotos da merenda, local onde é o antigo Supermercado Rimafra. Ali as 4 nutricionistas que acompanham o cardápio da merenda escolar. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Parabenizar vocês da comissão que estão fazendo um trabalho brilhante e isso é muito importante. Parabenizar pelo excelente trabalho que estão fazendo e por essa explanação. Eu mesmo não imaginava aquele número de 28.000 merendas servidas. Isso aí, realmente é um número expressivo, a gente só tem que parabenizar. – Vereador Fernando Winter: Obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Martendal: Bem lembrado pelo Cláudio Gaitero, a nossa comissão nós temos trabalhado intensamente, todas as semanas nós temos destinado praticamente uma manhã para verificação de obras e tudo o que está irregular na visão da comissão nós temos criticado e denunciado, mas quando se vê algo que está funcionando bem não tem como nós não ressaltarmos. Nós estivemos lá, os alimentos estão bem acondicionados, como está sendo apresentado pelo Fernando, está tudo de acordo. A única coisa que eu fiquei em dúvida em que estamos requerendo informações é na questão do realinhamento de preços de alguns produtos que me chamou atenção e eu fiquei um tanto quanto preocupado, acredito que não tenha nada de irregular, mas a comissão está requerendo informações complementares do procedimento dos realinhamentos de preços, mas no mais entendemos que está tudo de acordo. Obrigado. – Vereador Fernando Winter: A secretaria contém cinco caminhõezinhos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

médios, bem estruturados, cinco caminhões furgões com câmara fria para entregar esses produtos diariamente às escolas e aos Cemeis para que as crianças possam receber essa merenda diariamente. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth – Vereador Nei H. Haveroth: Abro mão da palavra. – Presidente: Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Respondendo ao Vereador João Paulo. João Paulo, agradeça a Deus que você não tem um filho com deficiência, eu tenho e vivo a deficiência do meu filho há 34 anos, é uma pessoa que eu amo e as faltas que eu tenho nesta Casa é pra lutar pelas pessoas com deficiência e eu lutando pelo meu filho, eu estou lutando por todas as pessoas com deficiência. As minhas faltas todas elas são com esse objetivo. Na semana anterior, 5 dias em Brasília, no domingo enquanto eu poderia estar em casa, no conforto da minha casa, eu levantei 4:00 horas da manhã, fui pra Foz do Iguaçu de van, embarcamos em Foz do Iguaçu, quando consegui chegar no hotel em Brasília já era madrugada de segunda-feira porque estava um caos a organização da conferência em Brasília. Então levantei às 4:00 horas da manhã pra ir pra Foz do Iguaçu de van, cheguei em Brasília uma e pouco da tarde sem almoço, fomos para o local do evento até que fizemos inscrição, fui pra o hotel, cheguei às 9:00 quando consegui pegar a chave, era quase uma hora da manhã. Não fui tomar cafezinho com deputado ou senador. Fui participar da Conferência nacional dos direitos da pessoa com deficiência, na volta, saímos de Brasília a 13:00 da tarde do evento, embarquei às 3:00 da tarde que era a saída do nosso voo. Chegamos em Foz do Iguaçu 00:30, escala em Campinas, escala em Brasília. Tivemos que esperar uma hora porque tinha um outro delegado que chegou 1:30. Quando o delegado chegou, que estava responsável pelo transporte, foi atrás da van, não sei o que aconteceu, a van não estava lá nos esperando. Aí liga pra Cascavel, até que o pessoal foi atrás do motorista, a van chegou lá às 4:00 da manhã. Sabe qual era a temperatura no aeroporto? 1 grau, e nós ficamos lá esperando. Estas são as minhas faltas, ontem faltei na sessão, porque domingo eu também podia ter ficado em casa, belo e formoso. 2:15 da tarde peguei um ônibus e fui pra Curitiba, ontem o dia inteiro em reunião no COED que é o Conselho estadual dos direitos da pessoa com deficiência. Terminamos a reunião às 6:00 da tarde, peguei um ônibus, cheguei em Cascavel essa manhã, tomei banho, tomei café e vim trabalhar. Estava aqui 9:00 horas pra reunião da Comissão de educação junto com o Fernando. Então estes são os motivos das minhas faltas nesta Casa, eu não tenho qualquer dificuldade em passar cópia dos 2 requerimentos que são lidos aqui dos pedidos de dispensa, mas eu posso mandar para os gabinetes dos senhores de todas as vezes que eu faltei. E agora pra encerrar, o segundo que era o motivo que eu pedi a palavra nesta Tribuna, de certa forma até uma denúncia. Eu no sábado, fui num jantar aqui numa das comunidades do reassentamento São Francisco e aí fui abordado acintosamente pelo subprefeito do Distrito de São João que veio de forma agressiva, de forma desrespeitosa, me questionar por causa dos levantamentos do vereador Celso Dal Molin que nós estamos fazendo muito bem conduzido por Vossa excelência. Tive que levantar a voz e falei: aqui não é o momento, eu falei, na terça-feira eu te espero na Câmara pra nós



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

discutirmos isso, porque ele falou que eu, num programa de TV, eu tinha chamado ele de mentiroso. Eu falei: desafio você a ir lá e nós vamos na TV ver a gravação, e até peguei o telefone dele, disse que se ele não aparecesse aqui eu ia atrás dele e amanhã ou depois eu vou lá em São João falar com ele porque ele estava exalando um odor de bebida alcoólica. Então, Vereador Cláudio Gaiteiro, líder de governo, o meu desagrado com o comportamento deste servidor, se ele é subprefeito, ele tem que entender que ele tem que respeitar este vereador porque ao ele me desrespeitar, ele está desrespeitando essa Casa de leis e eu não admito a forma acintosa como ele me abordou num evento, não era um evento oficial, e ele poderia vir falar comigo sem sombra de dúvida, mas não naqueles termos que ele me abordou. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Só que a televisão mostrou hoje como estão as estradas de São João e as horas-máquina lá não foram cumpridas porque hoje apareceu a situação que está lá. (-Um aparte) – Vereador Pedro Martendal: Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: Vereador Pedro Martendal, jamais falei desrespeitosamente da sua pessoa na questão de família, não citei nada disso do Senhor. Apenas eu disse que o senhor estava viajando o dia que eu falei do secretário. Apenas que o senhor acabou já citando sua família, uma coisa que foi inócua porque, enfim, não falei em nenhum momento da sua viagem ou por que o senhor fez. Só apenas falei que o senhor estava viajando quando falei do secretário. Era só pra que fique registrado nessa Casa também. Obrigado. – Vereador Pedro Martendal: Tudo bem. Eu aceito as suas explicações, não tenho dúvida, mas a maneira que o senhor se referiu, assim de maneira um tanto jocosa pelas minhas faltas, e não é a primeira vez, em outras oportunidades o senhor já se manifestou das minhas faltas. Então eu acho que era o momento de deixar registrado, e aceito as suas considerações, mas que fique registrado que as minhas faltas aqui são todas elas por assuntos comunitários. Seria isso, que fique registrado principalmente essa questão do subprefeito. – Presidente: Quero agradecer aos 11 vereadores que ficaram até o final da sessão e não havendo mais ninguém para pronunciamento de interesse público encerro presente sessão e até a próxima segunda-feira. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezessete horas e quarenta e quatro minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

ROMULO QUINTINO

Secretário